

Choque de civilizações:

Uma ideologia nacional na ordem global.

Luis Fernando Ayerbe

Como citar: AYERBE, Luis Fernando. Choque de civilizações: Uma ideologia nacional na ordem global. In: TOLENTINO, Célia Aparecida; POSSAS, Lídia M. Vianna; CORREIA, Rodrigo Alves (org.). **Idéias e Cultura nas Relações Internacionais**. Marília: Oficina Universitária, 2007. p. 93-104. DOI: <https://doi.org/10.36311/2007.978-85-60810-02-4.p93-104>.



All the contents of this work, except where otherwise noted, is licensed under a Creative Commons Attribution-NonCommercial-NoDerivatives 4.0 (CC BY-NC-ND 4.0).

Todo o conteúdo deste trabalho, exceto quando houver ressalva, é publicado sob a licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial-SemDerivações 4.0 (CC BY-NC-ND 4.0).

Todo el contenido de esta obra, excepto donde se indique lo contrario, está bajo licencia de la licencia Creative Commons Reconocimiento-No comercial-Sin derivados 4.0 (CC BY-NC-ND 4.0).

CAPÍTULO 6

Choque de civilizações: uma ideologia nacional na ordem global

Luis Fernando Ayerbe¹

CULTURA E INTERESSE NACIONAL

[...] dadas as forças domésticas em favor da heterogeneidade, diversidade, multiculturalismo e divisões raciais e étnicas, os Estados Unidos, mais do que a maioria dos países, talvez necessitem de um outro a quem se opor para que consigam manter-se unidos. Dois milênios atrás, em 84 a.C., quando os romanos completaram a conquista do mundo conhecido derrotando os exércitos de Mitridates, Sula colocou a mesma questão: 'Agora que o universo não nos proporciona mais nenhum inimigo, qual será o destino da República?'. A resposta veio logo em seguida, com o colapso da república poucos anos depois. (HUNTINGTON, 1997a, p.13).

Em artigo publicado na revista *Foreign Affairs*, Huntington (1993) propõe uma nova abordagem sobre a dinâmica das relações internacionais, desencadeando um amplo debate. Na sua caracterização da Ordem Mundial, quatro aspectos destacam-se: 1) a derrota do principal inimigo do capitalismo, promotor de um sistema econômico que questionava a propriedade privada dos meios de produção; 2) a disseminação global da lógica do mercado; 3) o controle das instituições econômicas multilaterais (FMI, Banco Mundial, OMC) pelos países do capitalismo avançado; 4) a conquista da superioridade militar por parte da OTAN.

Nesse contexto, considera que as principais fontes de conflito na ordem em configuração não serão políticas, ideológicas ou econômicas, elas virão das linhas que separam as diversas culturas e civilizações: ocidental, confuciana, japonesa, islâmica, hindu, eslava ortodoxa, latino-americana e africana.

¹ Professor do Departamento de Economia da Unesp-Araraquara e do Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais da Unesp, Unicamp e PUC/SP - ayerbe@fclar.unesp.br. Este ensaio retoma análises apresentadas anteriormente em Ayerbe (2003).

Da perspectiva de Huntington, a noção de que a derrota do inimigo soviético elimina o último obstáculo ao avanço triunfal da democracia liberal, do capitalismo de mercado e dos valores da civilização ocidental é questionável. “A história ainda não chegou ao fim. O mundo não é um só. As civilizações unem e dividem a humanidade. As forças geradoras do choque entre civilizações só podem ser contidas se forem reconhecidas.” (HUNTINGTON 1993, p.104).

Os parâmetros que pautariam esse reconhecimento são delimitados no livro *O choque de civilizações e a recomposição da ordem mundial*, em que define a civilização como:

O mais alto agrupamento cultural de pessoas e o mais amplo nível de identidade cultural que as pessoas têm daquilo que distingue os seres humanos das demais espécies. Ela é definida por elementos objetivos comuns, tais como língua, história, religião, costumes, instituições e pela auto-identificação subjetiva das pessoas (HUNTINGTON, 1997b, p. 47-48).

Numa ordem mundial em que as principais fontes de conflito são de origem cultural, a afirmação de identidades adquire especial relevância, implicando em desdobramentos específicos na definição do interesse nacional. Referindo-se aos Estados Unidos, Huntington (1997^a, p. 12) destaca a necessidade de se estabelecer “uma concordância quanto à natureza do país cujos interesses devem ser definidos. O interesse nacional decorre da identidade nacional. Precisamos saber quem somos antes de podermos saber quais são os nossos interesses.” No entanto, “nós só sabemos quem somos quando sabemos quem não somos e, muitas vezes, quando sabemos contra quem estamos.” (HUNTINGTON, 1997b, p. 20).

Para o autor, os dois pilares que dão sustento à identidade dos Estados Unidos, a cultura e o credo, estariam enfrentando um processo de fragilização.

[...] ‘a cultura’ compreende os valores e as instituições dos primeiros colonos[...] Essa cultura incluía [...] a língua inglesa e as tradições relativas tanto ao relacionamento entre a Igreja e o Estado como ao lugar do indivíduo na sociedade[...] O segundo componente da identidade americana foi um conjunto de idéias e princípios universais, expressos nos documentos fundadores escritos pelos primeiros líderes americanos: liberdade, igualdade, democracia, constitucionalismo, liberalismo, governo limitado e iniciativa privada. (HUNTINGTON 1997a, p. 12)

Com o fim da Guerra Fria, desaparece o “outro” que encarnava a negação dos princípios do Credo e justificava a necessidade de uma postura

nacional coesa e militante. As transformações demográficas, com novas ondas migratórias predominantemente de população de origem hispânica e asiática, influenciam mudanças raciais, religiosas e étnicas que podem colocar obstáculos à tradicional capacidade do país de assimilar outras culturas. Nessa perspectiva, a afirmação da identidade requer uma nova demarcação das fronteiras em relação aos outros.

Essa tarefa tem dimensões internacionais e domésticas. O mundo das civilizações é um campo de muitas incertezas, em que a ação dos atores responde a diversos tipos de racionalidades, muito mais complexas do que a lógica bipolar da Guerra Fria. Conhecer-se e conhecer os outros exige cautela. Na política externa, Huntington recomenda uma postura não intervencionista. Os Estados Unidos devem reconhecer os espaços civilizacionais e os seus respectivos Estados-núcleos, evitando o envolvimento nos conflitos internos das outras civilizações.

A sobrevivência do Ocidente depende de os norte-americanos reafirmarem sua identidade ocidental e de os ocidentais aceitarem que sua civilização é singular e não universal, e se unirem para renová-la e preservá-la diante de desafios por parte das sociedades não-ocidentais. Evitar uma guerra global das civilizações depende de os líderes mundiais aceitarem a natureza multicivilizacional da política mundial e cooperarem para mantê-la. (HUNTINGTON, 1997b, p. 19).

Na área doméstica, além dos efeitos da imigração já apontados, Huntington dá destaque à postura de intelectuais e movimentos sociais que, em nome do multiculturalismo, atacam a filiação dos Estados Unidos ao Ocidente e defendem programas de cotas no acesso ao emprego e à educação, apoiando-se em critérios que favorecem grupos que se consideram historicamente discriminados pela elite branca, anglo-saxônica e protestante (WASP).

Em vez de tentar identificar os Estados Unidos com outra civilização, porém, eles desejam criar um país de muitas civilizações, o que equivale a dizer um país que não pertence a nenhuma civilização e que carece de um núcleo cultural. [...] Uns Estados Unidos multicivilizacionais não serão os Estados Unidos, e sim as Nações Unidas. Os multiculturalistas também contestaram um elemento fundamental do Credo norte-americano, ao substituir os direitos dos indivíduos pelos direitos dos grupos, definidos sobretudo em termos de raça, etnia, sexo e preferência sexual. (HUNTINGTON 1997b: p. 389-90).

Complementando a proposta de uma postura de retração internacional para os Estados Unidos, o autor defende políticas internas que limitem a imigração, e a criação de programas de Americanização capazes de promover maiores laços de identificação dos imigrantes com a identidade nacional. (HUNTINGTON 1997a, p. 19).

A “CIVILIZAÇÃO” LATINO-AMERICANA E O OCIDENTE

Na sua lista de civilizações realmente existentes, Huntington (1997b) inclui uma civilização latino-americana, embora não apresente uma caracterização sistemática das suas especificidades:

Ela teve uma cultura corporativista, autoritária, que existiu em muito menor grau na Europa e não existiu em absoluto na América do Norte. A Europa e a América do Norte sentiram, ambas, os efeitos da Reforma e combinaram as culturas católica e protestante. Historicamente, embora isso possa estar mudando, a América Latina sempre foi católica. A civilização latino-americana incorpora culturas indígenas, que não existiram na Europa, foram efetivamente eliminadas na América do Norte e que variam de importância no México, América Central, Peru e Bolívia, de um lado, até a Argentina e o Chile, de outro [...] A América Latina poderia ser considerada ou uma subcivilização dentro da civilização ocidental ou uma civilização separada, intimamente afiliada ao Ocidente e dividida quanto a seu lugar é ou não no Ocidente. (HUNTINGTON 1997b: p. 52)

Apesar da sua percepção positiva em relação às mudanças políticas e econômicas das décadas de 1980 e 90, considera que a América Latina e o Caribe continuam apresentando riscos para a segurança dos Estados Unidos.

Para Huntington (1997b, p. 397) “estimular a ‘ocidentalização’ da região e, no máximo que for possível, um estreito alinhamento dos países latino-americanos com o Ocidente” é do interesse dos Estados Unidos e da Europa. Indicadores importantes de “ocidentalização” seriam a liberalização política e econômica e a ascensão do protestantismo.

O caminho empreendido pelo México a partir das reformas implementadas por Carlos Salinas de Gortari, especialmente a abertura econômica e o ingresso ao Tratado de Livre-Comércio da América do Norte (NAFTA), apontaria uma opção explícita de parte importante das elites mexicanas para transformar o país de “latino-americano em país norte-americano.” (HUNTINGTON, 1997b, p.186).

No entanto, embora os aspectos acima mencionados mostrem uma tendência a ser encorajada no conjunto da região, Huntington (1997b) identifica algumas áreas de atrito.

As principais questões conflituosas entre a América Latina e o Ocidente, este último significando na prática os Estados Unidos, são imigração, drogas e terrorismo relacionado com drogas, e integração econômica (isto é, admissão de países latino-americanos no NAFTA versus expansão de agrupamentos latino-americanos, como o Mercosul e o Pacto Andino). Como indicam os problemas que surgiram com respeito à participação do México no NAFTA, o casamento das

civilizações latino-americana e ocidental não será fácil, devendo provavelmente ir tomando forma por boa parte do século XXI e podendo jamais se concretizar. (HUNTINGTON, 1997b, p. 304-305).

No âmbito doméstico, visualiza um desafio associado ao aumento da presença hispânica. Seja por causa da sua expansão demográfica, maior que a de outros grupos étnicos nacionais, ou devido à difusão de valores e atitudes que rejeitam supostos pilares básicos da sociedade anglo-protestante, especialmente o inglês como língua comum e a valorização da educação e o trabalho duro como condutas que conduzem à riqueza material, Huntington conclui que o crescimento da população latino-americana, especialmente mexicana, tende a converter-se numa das ameaças à cultura original da nação americana.

A continuidade de altos níveis de imigração mexicana e hispânica somado aos baixos índices de assimilação desses imigrantes à sociedade e à cultura americanas poderia eventualmente transformar a América num país de dois idiomas, duas culturas, e dois povos ... Existe apenas o sonho americano criado por uma sociedade Anglo-Protestante. Os mexicano-americanos compartilharão esse sonho e essa sociedade somente se sonharem em inglês. (HUNTINGTON, 2004, p. 256)

A POLÍTICA EXTERNA DOS ESTADOS UNIDOS ANTES E APÓS O 11 DE SETEMBRO

Analisando a inserção internacional dos Estados Unidos após o fim da Guerra Fria, Huntington identifica três etapas: 1) um breve momento unipolar, tipificado na ação unilateral na Guerra do Golfo, 2) um sistema unimultipolar em andamento, que prepara a transição para uma 3) etapa multipolar. No contexto atual, o autor percebe uma contradição entre o sistema unimultipolar e a política externa adotada a partir do governo Clinton, que mantém características típicas da unipolaridade, numa postura imperialista que provoca a insatisfação dos aliados tradicionais e estimula a solidariedade entre os adversários. Essa política se expressa em ações bastante evidentes como:

Pressionar outros países a adotar valores e práticas norte-americanas no que diz respeito aos direitos humanos e à democracia; evitar que outros países adquiram capacidade militar que possa constituir um desafio à superioridade de seu arsenal de armas convencionais; impor o cumprimento de suas próprias leis fora de seu território a outras sociedades; atribuir classificações aos países de acordo com seu grau de aceitação aos padrões norte-americanos no que concerne a direitos humanos, drogas, terrorismo, proliferação de armas nucleares e de mísseis ou, mais recentemente, liberdade de religião; aplicar sanções aos países que não atendam tais padrões; promover os interesses empresariais norte-americanos sob a bandeira do livre comércio e da abertura de mercados; influenciar as políticas do Banco

Mundial e do Fundo Monetário Internacional segundo esses mesmos interesses corporativos; intervir em conflitos locais de pouco interesse direto para o país; impor a outros países a adoção de políticas econômicas e sociais que beneficiarão os interesses econômicos norte-americanos; promover a venda de armas para o exterior ao mesmo tempo procurando evitar vendas de natureza semelhante por parte de outros países. (HUNTINGTON, 2000, p. 15)

Esse tipo de política pode trazer conseqüências danosas para Estados Unidos. Em entrevista ao New York Times, Huntington analisa as motivações que estariam na base dos atentados do 11 de setembro, em que destaca os impactos da globalização e da expansão do modo de vida ocidental na geração de altos índices de ressentimento no mundo islâmico, especialmente entre a população mais jovem e educada:

As pessoas envolvidas nos movimentos fundamentalistas, islâmicos ou outros, com freqüência são pessoas com formação superior. A maioria delas não se torna terroristas, é claro. Mas estes jovens ambiciosos e inteligentes aspiram empregar sua formação em uma economia moderna, desenvolvida, e ficam frustrados com a falta de empregos, com a falta de oportunidades. Eles também são pressionados pelas forças da globalização e o que consideram como imperialismo ocidental e dominação cultural. Obviamente eles se sentem atraídos pela cultura ocidental, mas também são repelidos por ela (STEINBERGER, 2001, p. 13).

No entanto, apesar desse reconhecimento das contradições presentes no processo de globalização, Huntington não vê possibilidades de alteração do quadro a partir de uma mudança na postura dos Estados Unidos em relação ao mundo islâmico. O apoio a regimes democráticos que respeitem os direitos humanos pode resultar contraproducente.

Os receios expressados por Huntington remetem para uma situação de difícil equacionamento: os fundamentalistas do islamismo e do *american way of life* partilham da mesma percepção sobre o vínculo entre a universalização da democracia liberal e a ocidentalização do mundo. Referindo-se ao debate sobre as posições que deverão ser assumidas na defesa dos interesses nacionais do país no contexto inaugurado pela “guerra global contra o terrorismo”, o autor sistematiza três abordagens diferentes: 1) Cosmopolita, que envolveria a renovação das concepções favoráveis à abertura ao mundo prévias ao ataque terrorista; 2) Imperial, que vincula aos sectores neoconservadores presentes no governo Bush, que defendem a estruturação do mundo a imagem e semelhança do *american way of life*; 3) Nacional, próxima da sua própria perspectiva, que busca preservar e enaltecer os valores, princípios e qualidades que estariam presentes nas origens da construção da nação.

O cosmopolitismo e o imperialismo procuram reduzir ou eliminar as diferenças sociais, políticas e culturais entre a América e as outras sociedades. Uma abordagem nacional reconhecera e aceitaria aquilo que distingue a América de outras sociedades. A América não pode pretender ser o mundo e continuar sendo América. Outras pessoas não podem querer se converter em americanos e continuar sendo eles mesmos. A América é diferente, e essa diferença é em grande parte definida pela sua cultura Anglo-Protestante e a sua religiosidade. (HUNTINGTON, 2004, p. 364-365)

AS FRONTEIRAS CIVILIZACIONAIS DA NOVA ORDEM GLOBAL: HUNTINGTON E SEUS CRÍTICOS

A grande repercussão das teses de Huntington nos debates sobre a nova configuração das relações internacionais após o fim da bipolaridade, não esteve isenta de controvérsias, especialmente em relação aos seus desdobramentos na política exterior dos Estados Unidos. Destacaremos duas linhas de crítica que consideramos representativas dos principais questionamentos à abordagem do *Choque de civilizações*: 1) ausência de rigor nos conceitos e na tipificação das características classificatórias das civilizações; 2) a adoção de um culturalismo com nítidas conotações ideológicas, a serviço de interesses dominantes.

Para Jean Kirkpatrick (1994, p. 155-156), cientista política de filiação neoconservadora,²

Se uma civilização se define por elementos objetivos comuns como língua, história, religião, costumes e instituições e, subjetivamente, por identificação, e se é a mais ampla coletividade com a qual os indivíduos se identificam profundamente, por que distinguir a civilização “latino-americana” da civilização “ocidental”? Como América do Norte, a América Latina é um continente colonizado por europeus que trouxeram com eles línguas européias e uma versão européia da religião judaico-cristã, das leis, da literatura e dos papéis sexuais. [...] E o que é a Rússia, senão ocidental? As designações leste-oeste da Guerra Fria faziam sentido em contexto europeu, mas em contexto global os povos eslavos ortodoxos são europeus que compartilham a cultura européia. A teologia e a liturgia ortodoxa, o leninismo e Tolstoi são expressões da cultura ocidental.

Para ela, as diferenças entre civilizações não são fator central de conflito, destacando as que existem no interior das mesmas, confrontando principalmente extremismos totalitários e defensores da modernização e do império da lei.

² Durante a administração de Ronald Reagan, Kirkpatrick ocupou o cargo de representante dos Estados Unidos nas Nações Unidas.

Na mesma linha de questionamento, embora adotando uma perspectiva crítica da tradição imperialista ocidental, Shahid Alam³ coloca em dúvida a validade empírica dos critérios de diferenciação das oito civilizações destacadas por Huntington em termos de normas, valores, instituições e modos de pensar. Para ele, “não há lugar na taxonomia de Huntington para Tailândia, Cambodia, Laos, Myanmar, Sri Lanka, ou Tibet”. (2002)

Para Alam, a caracterização de Huntington, com a única exceção da civilização islâmica, aproxima-se das noções ocidentais de “raça”: “O Ocidente com o Germânico, o Ortodoxo com o Eslavo, o Latino-americano com o Mestiço (embora suas elites são quase que inteiramente brancas), o Chinês e o Japonês com a ‘raça amarela’, o Índio com o Caucásico escuro, e o Africano com o Negro”. (op. cit.) Avançando no questionamento da validade empírica dessa abordagem, Alam nos lembra da forte identificação entre Estados e civilizações nos casos do Japão, da Índia, e da China. Em relação aos Estados Unidos e a Rússia, destaca sua participação com um terço e a metade das populações das suas respectivas civilizações.

Com base nessa análise, o autor conclui que o *Choque de Civilizações* está mais para a ideologia do que para a ciência, expressando interesses dominantes:

Nossa capacidade para acreditar em narrativas, incluindo aquelas absolutamente ridículas, depende de como estas servem os nossos interesses individuais e coletivos. Muitas das histórias que os cientistas sociais tecem sobre raça, cultura, desenvolvimento econômico, livre mercado e livre comércio, enquanto sejam vistas nas suas cores verdadeiras são inverossímeis, inclusive grotescas. Mas ao servir interesses poderosos, garantem sua sobrevivência. (HUNTINGTON, 1997b.)

Adotando a mesma perspectiva de associação entre culturalismo e ideologia, Fredric Jameson e Edward Said apontam para outros desdobramentos importantes da abordagem de Huntington. O enaltecimento das virtudes da “civilização ocidental” em detrimento do “resto”, influencia posturas isolacionistas na política externa dos Estados Unidos e fornece argumentos às interpretações maniqueístas dos conflitos pós-guerra fria. O principal exemplo seriam as associações entre terrorismo e islamismo que orientam boa parte das abordagens dos atentados de 11 de setembro. Para Jameson (2001, p. 30):

³ Shahid Alam, professor de economia da Northeastern University, tem se destacado nos Estados Unidos como um dos intelectuais que se posicionam abertamente a favor da Jihad islâmica, estabelecendo paralelos entre os seus militantes e os pais fundadores dos Estados Unidos, igualados na luta pela liberdade contra os seus opressores.

Samuel Huntington surge - talvez pelas piores razões - como um opositor inflamado das pretensões ao universalismo dos Estados Unidos. ... Em parte isso é devido ao fato de que Huntington é uma nova espécie de isolacionista e, também, porque ele acredita que o que podemos considerar como valores ocidentais universais, aplicáveis em toda parte - a democracia eleitoral, o império da lei, os direitos humanos - não estão enraizados em nenhuma natureza humana eterna, mas são, de fato, valores específicos de uma cultura, a expressão de uma constelação particular e específica de valores - os valores americanos - entre outras coisas.

Jameson (2001) chama a atenção para a ausência, nas suas críticas à globalização, da dimensão econômica, enfatizando basicamente aspectos diplomáticos e militares. Dessa perspectiva, o viés culturalista tende a ocultar o significado fundamental da dinâmica capitalista no processo de universalização do *American way of life*.

No que se refere às repercussões da abordagem de Huntington após o 11 de setembro, Said destaca a materialização das suas idéias em argumentos políticos que enaltecem a superioridade ocidental e justificam sua hegemonia:

O paradigma básico de Ocidente contra o resto (a oposição da guerra fria reformulada) continua intacto, e isto é o que tem persistido, freqüentemente de forma insidiosa e implícita, nas discussões posteriores aos terríveis acontecimentos do 11 de setembro... Em vez de vê-los tal qual são - a apreensão de grandes idéias ... para propósitos criminosos por um minúsculo bando de fanáticos enlouquecidos - personalidades internacionais como a ex-Primeira Ministra paquistanês Benazir Bhutto e o Primeiro Ministro italiano Silvio Berlusconi têm insistido sobre as dificuldades do Islã e, no caso deste último, utilizou as idéias de Huntington para declamar sua retórica sobre a superioridade de Ocidente. (JAMESON, 2001).

As teses sobre a “ameaça hispânica” receberam duras críticas, principalmente de intelectuais latino-americanos que denunciaram os componentes racistas e fascistas inerentes a esse tipo de abordagem. De acordo com Carlos Fuentes, o desafio construído por Huntington atualiza um ideário que historicamente reivindicou a pureza e o predomínio no interior de Estados Unidos de uma elite branca, anglo-saxônica e protestante, manifesto em frases como “O melhor Índio é o Índio morto”, “O melhor negro é o negro escravo”, “A ameaça amarela”, “A ameaça vermelha” e, agora, “A ameaça marrom”.

Nesse mundo a cores de culturas em conflito, Fuentes (2004) inverte as hierarquias: “nos somos ganhadores, não perdedores. O perdedor é Huntington, isolado na sua terra imaginária de pureza racial de anglo-falantes, brancos e Protestantes.”

UM IDEÓLOGO DO INTERESSE NACIONAL DOS ESTADOS UNIDOS

Sem desconsiderar a validade dos questionamentos apresentados na seção anterior, se avaliada à luz da sua intencionalidade explícita de defesa dos interesses nacionais dos Estados Unidos, a análise de Huntington apresenta uma racionalidade estratégica de longo alcance que nos parece relevante.

Parte importante das suas críticas à política externa do país se dirige aos efeitos contraproducentes da ação integrada envolvendo o governo, setor privado e organismos multilaterais. A imposição de modelos econômicos, que, em nome da liberdade de mercado, promovem basicamente a maximização dos lucros das empresas norte-americanas no exterior, pode ter conseqüências danosas nos países e regiões com menor capacidade de adaptação à competição global.

Na ausência de uma superpotência inimiga do sistema, os apoios incondicionais e a noção de “guardião do mundo livre” perdem significado. Os assuntos mundiais ganham outra dimensão; perdas e danos na concorrência por mercados, ou situações de desequilíbrio político geradoras de conflitos regionais, deixam de ser vistas com lentes ideológicas. Nesse contexto, assumir perspectivas missionárias pode levar a última superpotência a um processo de isolamento. A administração da hegemonia exige um cuidadoso trabalho de geração de novas alianças e tratamento negociado das divergências, buscando amenizar ou, no melhor dos casos, eliminar o caráter antagônico das contradições, o que torna contraproducentes as posturas arrogantes e intervencionistas.

Para Huntington após as vitórias da Guerra Fria, não há nada decisivo a ser conquistado. Numa perspectiva histórica de longa duração, o novo desafio é evitar o destino do Império Romano. Isso explica sua grande preocupação com a fragilização dos pilares de sustentação da identidade dos Estados Unidos, que ameaçariam a continuidade da nação.

No âmbito internacional, a crescente ampliação do abismo entre a riqueza e a pobreza, uma das tendências da atual realidade mundial sobre a qual existe bastante consenso, sinaliza que a prosperidade anunciada pela vitória do capitalismo liberal é estruturalmente restrita. Desta perspectiva, qual o sentido de estimular expectativas sobre a inevitável disseminação global do *american way of life*?

Uma postura pragmática orientada à defesa de interesses circunscritos a uma nação não pode se prender a princípios que reivindiquem a universalidade. Nesse aspecto, Huntington não deixa dúvidas. As ações

afirmativas em favor do multiculturalismo representam uma ameaça a Estados Unidos, neste caso, recomenda políticas internas de assimilação. Ao mesmo tempo, defende uma política externa que vai em sentido contrário, delimitando fronteiras culturais a partir de uma concepção multicivilizacional das relações internacionais.

É com base nesses pressupostos que critica explicitamente a abordagem do “fim da história”, típica da tradição imperial do Ocidente, que prescreve ao resto do mundo modos universais de convívio humano. Se bem considera essa perspectiva válida em outros contextos históricos, ajudando a promover sua expansão, deixou de ser aconselhável. No plano internacional, pelas conseqüências antes mencionadas, internamente, porque estimula um clima intelectual propício à acomodação no desfrute da vitória e à perda de vigilância em relação aos inimigos.